

## RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 918.003 SANTA CATARINA

RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO  
RECTE.(S) : RAFAEL DA SILVA BRAZ  
ADV.(A/S) : PEDRO CASCAES NETO E OUTRO(A/S)  
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**DECISÃO:** O presente agravo (previsto e disciplinado na Lei nº 12.322/2010) foi deduzido extemporaneamente, eis que só veio a ser interposto em 17/08/2015, segunda-feira, data em que já se consumara o trânsito em julgado da decisão emanada do Presidente do órgão judiciário de origem.

A parte ora agravante foi intimada em 05/08/2015, quarta-feira. Desse modo, o termo final do prazo, para a oportuna interposição do recurso de agravo, **recaiu** no dia 11/08/2015, terça-feira.

O **Plenário** do Supremo Tribunal Federal, ao resolver questão de ordem suscitada no ARE 639.846/SP, Red. p/ o acórdão Min. LUIZ FUX, **reafirmou o enunciado** constante da Súmula 699/STF, **fazendo-o em votação majoritária (na qual fiquei vencido** na honrosa companhia dos eminentes Ministros DIAS TOFFOLI e GILMAR MENDES), ocasião em que esta Corte **ênfatizou ser de cinco (05) dias** o prazo para interposição de agravo, em processo penal, nos termos da Lei nº 8.038/90, **não se lhe aplicando, em consequência**, a norma inscrita no art. 544, “caput”, do CPC, na redação dada pela Lei nº 12.322/2010.

**Em razão** desse julgamento plenário, esta Suprema Corte **fez prevalecer** os precedentes **que firmara no exame de idêntica questão** (RTJ 167/1030 – RTJ 191/354-355 – RTJ 199/422, v.g.), **de tal modo que ainda subsiste** o art. 28 da Lei nº 8.038/90, **a significar, por isso mesmo, que, em matéria penal, continua a ser de cinco (e não de dez) dias** o prazo para

**ARE 918003 / SC**

interposição de agravo **contra** decisão **denegatória** de processamento de recurso extraordinário **deduzido** em sede penal.

**Sendo assim**, com ressalva de minha posição pessoal e observando o princípio da colegialidade, **não** **conheço** do presente agravo, por manifestamente intempestivo.

Publique-se.

Brasília, 06 de outubro de 2015.

Ministro CELSO DE MELLO  
Relator